

Timidez da filosofia
Publicando um inédito de
Bento Prado Jr. vinte anos depois
(Nota explicativa)

PAULO EDUARDO ARANTES

O ensaio de Bento Prado Jr. que só agora está chegando às mãos do leitor — “Romance, Moral e Política no século das Luzes: o caso de Rousseau” —, completou não faz muito 21 anos de idade. Se esta *também* for a maioridade que desejamos todos para a filosofia no Brasil, estamos muito bem servidos. Em qualquer dos casos, maioridade às avessas, comemorada no mais completo anonimato, pois todos aqueles anos, o estudo em questão passou-os seqüestrado da vida pública dormindo no fundo de uma gaveta. Mal comparando, um pouco como os solitários de Rousseau. E mais tempo permaneceria inédito, não fosse a circunstância recente de um Colóquio. Um *fait divers* de nossas letras filosóficas que pede registro e comentário.

Não é a primeira vez que isto acontece. O Autor é recidivista emérito. Dou apenas um exemplo, porém extremo, dessa demasia. Lá pelos idos de 65 ou 66, num momento meio furta-cor de abandono e energia, resolveu levar ao editor os originais de sua tese de livre-docência, defendida poucos meses antes. Como na fábula, esbarra a caminho numa alma caridosa que obviamente o encoraja, aconselhando contudo uma boa revisão, por certo precaução rotineira, que aliás só estava lembrando por desencargo de consciência, pois supunha a coisa feita, etc., etc. O herói de nossa gente filosófica gela, desconversa, agradece penhorado e arrepia carreira (inclusive acadêmica, que passa a interessá-lo ainda menos), engavetando o seu Bergson, onde jaz

até hoje, salvo um capítulo exumado por esta mesma revista (n.º 9, 1978).

Parece mentira, mas ainda há filósofos *tímidos* no Brasil. Bento Prado Jr. é o mais eminente deles. De outro modo, como entender tanta hesitação da parte de um mestre (para muitos, incomparável) do ensaio filosófico paulistano, a ponto de só muito recentemente (1985) resignar-se a publicar seu primeiro livro, reunindo em volume um punhado dos seus melhores escritos (*Alguns Ensaios*, Max Limonad)? — Tudo isso para maior desespero de José Arthur Giannotti. Quem o conhece de perto sabe que Giannotti é uma espécie de força produtiva em estado bruto, segundo observação de um amigo comum, à qual acrescento: e nós somos as relações sociais de produção que lhe emperram o desenvolvimento. Isto obviamente o exaspera, daí a implicância com os encasulados, que teima em “socializar” a torto e a direito, no que de resto anda certo, sem prejuízo dos eventuais estragos. Adversário incansável dos autores titubeantes, não se pode entretanto deixar de encarecer-lhe a clarividência: sendo o país aquilo que se sabe, antes um ou outro conceito feito em casa, duas ou três imagens estropiadas e alguma encrenca sintática, do que lesar um público em formação, sem o qual aliás teríamos vida curta, privando-o dos primeiros resultados significativos da cultura filosófica uspiana que então despontava e, não obstante, insistia em permanecer confinada. E no caso de Bento Prado, sabemos todos que o desfalque já era considerável.

Sem dúvida, o zelo exorbitante que o constrangia, e ainda lhe traz a rédea curta, era mesmo padecimento corrente de letrado agoniado. Posso no entanto assegurar que em tal síndrome paralisante, a natural complicação psicológico-literária é a que mais aparece e a que menos conta, até porque sempre houve em nosso Autor uma saudável e simpática ponta de narcisismo. Como os demais membros da grande e lamentável família a que pertencemos todos, nunca desdenhou ver-se impresso em bela letra de forma e, por certo, com o mesmo imperecível deleite do Narrador da *Recherche* ao ler seu primeiro artigo no *Figaro*. Legítima sede de nomeada, por que não? Mas também, e sobretudo, alternando com aquela aspiração, um retraimento tal que pode chegar aos confins da *indiferença* pelo destino de frases e idéias pelas quais, ainda há pouco, preferíamos antes morrer como um cão do que apressar-lhes um segundo que fosse o amadurecimento tão custoso.

* * *

São singularidades por explicar, e não só quando se tem em mente as duas décadas de imerecido purgatório que o arranjo de tais idiossincrasias acabou por infligir ao ensaio que finalmente estamos publicando. Arrisco dois palpites.

Lembraria em primeiro lugar que a timidez que aprontava sinucas como essa era mesmo da Filosofia, muito menos uma questão de temperamento do que de *método*, quer dizer, estava entranhada no gênero recém-implantado pela missão francesa, forma híbrida — nem filosofia, nem história, mas um viés dissertativo que cimentava as duas com a argamassa da *explication de texte* — e indefinida o bastante para abrigar e estilizar nossa indecisão, vício de origem cujas raízes deitavam fundo nos meandros da vida opinativa nacional.

Digamos para começar, que uma alma naturalmente timorata afinasse com a via suspensiva recomendada pelo método dito “estrutural” em história da filosofia, e mais, que nele encontrasse o escudo protetor de que carecia. Mas também uma arma à sombra da qual camuflar opiniões enrustidas, mal insinuadas com a mão de gato do comentário pelo menos tecnicamente bem ajustado ao figurino europeu. Reservar opinião era conosco. Mais ou menos nos seguintes termos, e para falar um pouco no nosso dialeto dissertativo de então, entre o técnico e o elevado: o nobre festim da abstinência (Nietzsche falando do Ceticismo) em que nos refugiávamos, de costas para o “real comum”, de frente para o “real filosófico” (“instaurado” pelo discurso filosófico), celebrava-se em nome da aversão ao dogmatismo das opiniões avulsas e peremptórias. No limite, o método estrutural engendrava o temperamento intelectual e psicológico que melhor o servia.

A *timidez uspiana* vinha a ser essa maleabilidade proteiforme, confundindo-se com o tirocínio que consistia em saber apagar-se diante dos autores. Um acanhamento que em princípio não teria parte com a estreiteza de espírito, pelo contrário, interpretar um texto *ad mentem auctoris*, adotando a cada passo um ponto de vista alheio, era dar prova de horizonte largo e aberto, como exigia, de resto, a inteligência nacional remodelada, de que éramos oficialmente descendentes.

Neste sentido, a timidez de método casava muito bem com a *modéstia da consciência técnica* em que se comprazia a “macia lentidão” da Escola de São Paulo, que o empenho ilustrado do último Mário de Andrade em boa hora soubera ressalvar. Em termos, porém: o mesmo Mário, que nos absolvía no berço de descarrilamentos futuros, era o primeiro a exigir dos intelectuais brasileiros em geral uma “atitude filosófica da inteligência”, a denunciar neles a “falha várias vezes se-

cular de espírito filosófico”, verdade que em função de uma expectativa tradicional — é preciso que nossos homens de cultura pensem nos “problemas essenciais do ser” — que já não poderíamos mais atender sem reticência e muitas aspas. Vistas as coisas desse ângulo, a nenhuma pressa em concluir, característica, sempre segundo Mário de Andrade, do técnico uspiano da inteligência, antes de sanar, iria perpetuar aquela falha secular de espírito filosófico, do qual se espera sempre a ousadia da visão sinótica. É que a timidez que nos tolhia os movimentos também nos protegia do passo em falso, inevitável nas altas paragens da especulação filosófica. Ela não era só de método, mas também exprimia um propósito profilático. Por exemplo, na forma negativa do seguinte interdito: lembremo-nos todos de que não somos filósofos, ou melhor, se algum dia a filosofia der o ar de sua graça, será por acréscimo e ao término de um infindável aprendizado de técnicas intelectuais criteriosamente importadas. (Pelo menos era assim que se falava aos mais moços nos primeiros anos dos 60.)

Sucedede que o famoso disparate de Tobias Barreto (e retomado por vários outros explicadores de nossas desgraças), segundo o qual brasileiro não tem mesmo cabeça filosófica, não dizia coisa muito diversa. A queixa de Mário de Andrade no fundo tinha o mesmo endereço: carência de espírito filosófico queria dizer literatura amena e sem problema — nela incluída a prosa de ensaio —, na qual não é possível notar a menor “evolução de um corpo orgânico de idéias”. Sem dúvida, por falta nelas de continuidade social: país gelatinoso, idéias sem linha. Disparates e tateios que tocam num dos pontos sensíveis do desconjuntamento nacional. Escusado lembrar que naquela fase de desprovincianização acelerada não podíamos nem queríamos saber dele. Ou por outra: se porventura nos apresentassem a tirada folclórica de Tobias Barreto (ou de João Ribeiro, etc.), mesmo passada a limpo por João Cruz Costa, dois minutos de reflexão bastariam para produzir uma indefinida e lisongeira sensação de alívio, pois nos tirava um peso vexatório dos ombros: dispúnhamos finalmente de sólidos motivos para reflorestar o oco daquela cabeça acabrunhada que só o equívoco da ilusão dogmática, enfim desfeito, deprimia.

Metódica e programática, a timidez de feitio uspiano era, portanto, ramificação de um nó objetivo. Convite à contenção permanente, atraía sobre si a pecha recorrente de contentar-se, até os confins da atrofia, com a mera “exposição sedentária das doutrinas alheias”. Anátema que confirmava a justeza dessa via real, se a farpa vinha da direita, mas nos desconcertava se era a esquerda que nos tachava de supérfluos. Mais desarvorados ainda, quando a chamada à ordem co-

meçou a vir de nossas próprias fileiras: deveríamos ter avançado o sinal sem o saber, para que Giannotti principiasse a denunciar o fetichismo do texto, os perigos do comentário ao quadrado, reclamando uma volta às coisas elas mesmas... Um passo adiante de cuja necessidade ninguém em sã consciência poderia duvidar. O demônio da timidez contava no entanto com os seus irredutíveis: é que uma inexplicável premonição de aprendiz cheio de dedos (o manuseio bem-educado e disciplinado de noções filosóficas ainda era coisa recente) nos fazia temer o pior, o passo em falso uma vez entregues a nós mesmos, isto é, à *fausse position* em que sempre vivêramos. O fato é que o hábito suspensivo de deixar falar o próprio texto, ressaltando-lhe a armação interna em detrimento do seu valor de verdade — resíduo naturalista desprezível —, era não só um convite à timidez metódica (prima pobre da dúvida cartesiana), mas uma verdadeira *escola de inibições*. A ascese em que redundava a interpretação *ad mentem auctoris*, bem como o interdito da objeção dogmática (sempre intempestiva), eram por certo virtudes profiláticas porém dormitivas, a ponto de nos paralisar o espírito, suprimindo a distância (e o Método pedia identificação) sem a qual ele não sobrevive.

Nesses termos, como enfrentar a ameaça da página em branco sobre a qual deveríamos reproduzir a alta costura dos mestres franceses? Nem mesmo dispúnhamos de uma língua filosófica legível que não fosse mero decalque da sintaxe dos ditos mestres. Tudo enregelava a mão dormente, que no entanto formigava justamente por conta daquelas pequenas virtudes da reflexão em ponto menor. Publicar então, nem pensar, mesmo porque não havia onde. As revistas eram uma raridade, além de incaracterísticas, e dificilmente um suplemento de jornal arriscava imprimir a prosa bárbara da nova escola, a qual, sem embargo do mérito inquestionável, variava do rebarbativo ao sibilino. Quem embarcou nessa canoa lá por meados da década de 60, sabe um pouco dessas complicações, das quais ainda deve trazer as marcas. Tudo era da ordem do obstáculo — para falar como Bento na época em que lia o Rousseau de Starobinski. Escrita, concepção, oportunidade do assunto já difícil de discernir. *Onde o assunto real*, aliás? Lidávamos com clássicos necessariamente longínquos e não podíamos — nem tínhamos como — sair fora dos trilhos seguros da rotina (até então uma providência capital e produtiva), ao longo dos quais percorríamos uma a uma as estações obrigatórias — até a próxima mundança de paradigma.

Como deixar de compreender a timidez de nascença do melhor de todos nós? (E não creio estar falando apenas em nome da pequena

tribo dos tímidos, hoje em extinção.) Havia ainda uma agravante maior: um derradeiro e involuntário tributo à lição de Cruz Costa, em cuja letra ninguém prestava atenção, mas cujo espírito vagamente desmoralizante deve ter feito vibrar mais de uma corda secreta: sem dúvida, sempre alegávamos enfaticamente nosso apreço exclusivo pelo trabalho de formiga, prolegômenos exigidos pelos conceitos, mas no fundo tínhamos medo mesmo era do ridículo de que é fatalmente vítima quem não se enxerga. Nestas condições, vinte anos é pouco, quase uma temeridade, para se lançar o primeiro livro; nem mesmo a sempre lembrada e raramente praticada crítica roedora das gavetas (e das revistas de nenhuma circulação) é uma garantia confiável.

* * *

Passo ao capítulo mais arriscado da indiferença. *Timidez ou simples dar de ombros?* — Patrocínio erudito para a escrita encalacrada e a publicação rara nunca faltou ao nosso Autor. Quando começou a imaginar a própria existência com a ajuda de Rousseau — que vinha substituir Sartre neste mister de primeira necessidade —, Bento costumava evocar o mundo encantado imaginado pelo cidadão de Genebra, um mundo tal que os seus habitantes não somente escrevem pouco e publicam menos ainda, como, no que concerne a livros e similares, “ne s’arrangent point pour en faire”. Pelo sim, pelo não, melhor ir sacando por antecipação sobre a alforria que a comunidade dos corações transparentes fatalmente traria no bojo. Uma fantasia *cum grano salis*, sem dúvida, com a qual não se pensa encobrir nada, apenas dar asas ao prazer de estilizar, fingindo fechar os olhos para o mal superior da cultura filosófica uspiana. De qualquer modo, é bom registrar o endereço dessa fé de ofício, tanto mais oblíqua quanto não conheço, na família filosófica em que me criei, alguém que sinta com mais intensidade a comichão de “rabâcher et barbouiller éternellement du papier”: já devo ter dito em algum lugar e torno a repetir, Bento Prado, nunca deixou passar um dia sem uma linha, ainda que imaginária, “apenas um arabesco no ar”, como gosta de definir a Literatura, assim mesmo com maiúscula.

Sendo do gosto do Autor esses enquadramentos letrados, que o divertem pela desmesura muito sugestiva (como se não bastasse o fato imperdoável de ser brasileiro), não custa conjecturar mais um pouco por esse trilho. Estivesse por exemplo o ensaísmo de um Montaigne na berlinda e quem sabe seria mais fácil atinar com o traço mais saliente do *alheamento* que estamos tentando identificar. Penso em Auerbach

chamando a atenção para o tom levemente desdenhoso com que Montaigne toma distância das suas atividades de escritor — “si j'étais faiseur de livres”.

Pois é esse viés *grand seigneur* da cultura ensaística que gostaria de trocar em miúdos brasileiros. — Recapitulo antes alguns elementos da mitologia do *bom diletantismo* construída por Bento Prado para uso próprio — como Montaigne, nosso Autor também se especializou em si mesmo. Embora tão ocupado como qualquer outro professor “produtivo”, forjou a ficção do *désœuvrement*, entre tantas outras coisas mais entortadas, uma espécie de ausência bem calculada de Obra (“reificação”?) que Blanchot instalara no coração da Literatura, ou melhor, do “espaço literário”, a partir de Mallarmé. Conceituação à parte, não se pode descartar a hipótese de que Bento tenha perseguido tal ponto de fuga iconoclasta, sem prejuízo da aura literária que entretanto dispensava, no intuito igualmente elevado de ressaltar o ócio laborioso de sua profissão indefinida, destacando-se aos seus olhos saturados de imagens letradas da vida intelectual sobre o fundo apenas virtual de homem independente, disponível e inconstante como o “objeto” de sua especialização. Não surpreende que, nesta toada, estilize a indolência cívica de Jean-Jacques. Como escrever não é um ofício para os habitantes do mencionado mundo encantado, só o fazem sob a pressão de um estímulo muito mais forte do que a sábia inércia em que vivem: o de estabelecer algum ponto de utilidade pública, após o que retornam à água parada do puro sentimento da existência, como Rousseau deitado no seu barco à deriva no lago de Bienne. Digamos que dessa alternância entre impulso ilustrado que se esgota em si mesmo e tônica quietista dominante, Bento tenha tomado o partido de só pensar (um ofício doloroso segundo Simmel) e escrever (“choses pénibles et sans charme”) quando o prazer de fazê-lo é forte demais. Como o rompage de um capricho que brota do fundo de uma alma diletante? Daí a cinzenta insensatez da aula — e do texto — a qualquer custo: e se hoje não conseguisse pensar nada, não me ocorresse nada que preste, e apesar disso precisar me apresentar e parecer pensar? Tal é a independência sempre ameaçada de um *rentier* — Schopenhauer no caso, precursor e mártir *fin-de-siècle* da cruzada antifilistina de Nietzsche, completando o panteão do Autor —, penhor do ensaísta refratário.

Tudo somado, desponta nesta galeria reunida com tirocínio de colecionador, a figura anômala do *homem de letras*: nem autor que vive da profissão de escrever, nem intelectual especializado nalgum domínio do saber, técnico ou humanístico, mas um letrado sem empenho de obra e ganha-pão, mais amigo da sua biblioteca (pequena, mas es-

colhida a dedo) do que das flutuações do público real, e por isso tanto mais à vontade quanto menos satisfações sua paixão intelectual precisar dar àquela volubilidade rival. Como o verdadeiro prazer está muito mais na *mise-en-scène* do processo intelectual da escrita do que no seu resultado e efeitos correlatos, compreende-se que a sorte deste último possa lhe ser inteiramente indiferente.

Ao diletantismo *grand seigneur* soma-se um derradeiro componente desta engrenagem dispersiva: entendamos, da obra dispersa aos quatro ventos à medida que progride e se desfaz. Refiro-me ao lado boêmio desse desprendimento, pois também é disto que se trata: dos manuscritos deixados para trás nos fins de noite, geralmente deixados em herança a algum novo discípulo devidamente siderado pela prosa filosófica uspiana no seu momento de maior inspiração. Nestas ocasiões em que não era raro rifar originais, lembro-me de tê-lo ouvido glosar a propósito a *Edda Gabler*, evidentemente sem levar em conta a opinião do próprio Ibsen, que estigmatizava tanto o pobre marido, especialista sem espírito que atormentava o estetismo da heroína, quanto a vocação para a irresponsabilidade do intelectual veleitário e boêmio, cujo modelo teria sido Strindberg, como se há de recordar. Mas já é tempo de abandonar a galeria dos patronos ilustres e conferir a cor local desse *pathos* da distância tão bem armado.

* * *

Do livro de memórias de Oswald de Andrade, o que Bento Prado confessadamente mais aprecia é o título: *Um Homem sem Profissão*. E neste último, o que mais lhe incendeia a imaginação é o panache de um espírito livre, descompartimentado, nem mesmo enquadrado pelo ofício das letras, que exercera com a influência que se sabe. Desenvoltura de filho-família modernista e expoente de nossas classes bem falantes, sobranceira de letrado rebelde e de classe dominante, são coisas que não poderiam deixar de comover nosso fazendeiro-do-ar, convertendo-o de vez ao desapego pela obra acabada, penosamente concluída e reunida.

Explico-me, retrocedendo um pouco. O sucesso muito ambivalente dos primeiros clássicos de Gilberto Freire acerca da decadência do patriciado rural, reativou um gênero cultivado nas mais diversas situações e registros: o confronto entre o patriarca, sempre soturno e de pé atrás, e os ímpetos modernizantes do filho bacharel. Quando fui iniciado há mais de vinte anos na mitologia pessoal do nosso Autor, a figura do Pai, com a maiúscula drummoniana de praxe, era perso-

nagem de primeiro plano — contracenando aliás com o filho igualmente mítico de Leopold Bloom. Fui então apresentado em effigie a um patriarca inteiramente abacharelado; e por isso mesmo também condenado a ser *gauche* na vida: como poderia um tradutor de Marcial evitar que os credores lhe devorassem a fazenda arruinada pela quebra do café? Acresce que esse alto personagem devia mesmo oferecer um quadro dos mais sugestivos: ao invés de ganhar dinheiro plantando café como lhe pediam os ancestrais, poetava no mais apurado latim, lia Pascal com critério e sentimento, ensinava matemática aos filhos e ainda arrumava tempo para acompanhar os cursos de Quine na Escola de Sociologia e Política. Despojado da propriedade nobilitadora da terra, não era mais homem de mando, mas o porte fidalgo dos de sua raça, que nunca perdera, de tal modo impressionara o filho do mesmo nome que terminara por fazê-lo encarar, sem embargo das suas muitas luzes sociológicas uspianas a respeito, intensificadas pela militância socialista, com a maior naturalidade do mundo a vida do espírito como decorrência necessária, quase uma emanção, da grande propriedade rural. Sobre o fundo dessa fantasmagoria em que latim e capim gordura se davam as mãos, um patriarca deste calibre não poderia deixar de aparecer como a própria encarnação local do homem de letras evocado linhas atrás, verdade que sem a antiga folga material que lhe facultava dar as costas ao magro ofício de escrever, por certo para melhor exercê-lo simplesmente *per il suo diletto*. Mesmo obrigado pela crise a ganhar a vida ensinando latim, não tinha porque desarmar a familiaridade toda distância no trato *grand seigneur* com as coisas do espírito.

Podemos presumir sem muito erro que o nosso Autor tenha prolongado sob outras formas esse mesmo *desapego de classe*, capaz de relegar entre os trastes de um quarto de despejo o resultado da mais aturada tensão intelectual. Ao negligenciar a carreira acadêmica, por exemplo. Livre-docente aos 28 anos, ficou por aí mesmo — o Departamento de Filosofia precisava de títulos para se defender do Golpe Militar recente e, como havia uma derradeira brecha na antiga legislação, empurraram-no por ela. Não quero melhor contraprova que o zelo ferido da Burocracia da escola: de início desconcertada, guiada no entanto pelo faro certo das posições de classe arduamente conquistadas, logo atinou com a desfeita que lhe faziam. Também era de classe o pouco caso que um colega agradecido tomou por desprendimento, vendo-o desinteressar-se, e abrir mão em favor dele ou de outro, do primeiro lugar a que tinha direito na linha de sucessão de uma Cadeira. E por aí vai. — Digamos ainda que a filosofia do filho devia parecer ao velho homem de letras uma excentricidade a mais, e nem por isso

menos apreciada, a ser incluída no rol das especialidades amadorísticas da família: o filho mais jovem lavraria algum campo transcendental com a mesma pertinácia de colecionador com que o primogênito perseguia a demonstração do teorema de Fermat.

Exagero? Talvez me explique melhor apelando para a experiência de todo intelectual brasileiro. Quem de nós não se sentiu alguma vez francamente importunado por algum raro colega de tipo europeu, que faz questão de nos submeter tudo o que escreve e por vezes nas horas mais estranhas (ao serviço), menos por cortesia e encarecimento mundano das luzes do amigo, do que por real interesse em ouvir uma opinião que mal ou bem exprime uma posição com a qual se pode argumentar; e que, não contente com tais investidas, uma vez feita a roda, publica, volta a testar o efeito produzido nos mais diferentes públicos; isso não é tudo: recolhe sem exceção (jamais escreveu a esmo) os esparços que reúne em volume e torna a publicar, mas agora pedindo a todos a nova impressão de conjunto, e assim por diante. Um chato? Nem sempre. Simplesmente ainda não estamos acostumados com a idéia de que um autor, sem ferir o decoro, possa levar a sério o que escreve — em qualquer e na menor circunstância um campo de forças está sempre implicado — e, aos poucos, construir uma obra desenvolvendo um problema. Em contrapartida, quem de nós não gostaria de escrever (até pelo simples prazer do *coup de force*) sem incomodar os amigos, que antes de tudo, como se sabe, temos o dever de divertir e tornar a vida amena, nunca aborrecer com o relato de ocupações que raramente vêm ao caso; de qualquer modo, se a publicação for mesmo inevitável, melhor fazê-lo sem alarde e, se houver meios, numa edição caprichada para oferecer de presente.

Certa vez ouvi Antonio Candido contar ter encontrado com a maior surpresa, num acaso de livraria, um livro cuja existência não poderia ignorar, estudo recém-publicado por um amigo de mais de quarenta anos de conversa diária, sobre o qual nada lhe falara. Se não me engano, a moral da história deve ter sido mais ou menos essa que procurei sugerir há pouco. E que passei a entender melhor à medida que avançava o ciclo machadiano de Roberto Schwarz, abreviadamente da seguinte maneira: a quase indiferença pelo destino de inéditos gerados a muito custo (pensando em perspectiva histórica e coletiva, pois da parte de nosso Autor uma dose suplementar de energia costuma ser consumida no esforço de apagar os rastros que traziam a presença de trabalho árduo e contínuo) também é a parte da lógica social *sui generis* que, ao roubar o fôlego cognitivo das idéias, compensa o dano

com uma relação mais folgada e desatenta com elas; igualmente, a alternância que vimos entre auto-estima literária, à qual não se pode negar satisfação, e a mais completa negligência em relação aos meios mais enérgicos e adequados de satisfazê-la é outro claro enigma cuja chave devemos procurar naquela mesma lógica.

A notável facilidade de Bento Prado Jr. — a ponto de se dar ao luxo de enfurnar achados com ligeiros defeitos de fabricação, ou melhor, distribuí-los numa espécie de mercado informal, pois nunca foi de entesourar nada —, era no fundo a mais brilhante confissão de que quem cuida de filosofia no Brasil não tem a vida fácil, salvo enterrando essas e outras complicações no fundo de um baú.

* * *

Como lembrei, devemos esta ressurreição aos azares de Colóquios, Simpósios e similares, coisa relativamente recente em nossa vida filosófica, até então muito dispersiva e artesanal. Bento me prevenira que iria requeantar marmitta: não sabendo dizer não, estava ficando difícil atender à demanda crescente. Cheguei um pouco atrasado à conferência e, não sei por quê, não me lembrava mais que seria sobre o Prefácio Dialogado da *Nouvelle Héloïse*. Mal sentei peguei andando um fim de frase e já na seguinte me encontrava numa sala da Rua Maria Antônia, a primeira à esquerda de quem entra, numa tarde chuvosa de agosto de 1966. Da penumbra da sala me recordava muito bem; a data está nos meus cadernos (Rosenheim), mais o restante da conferência. A versão que estava sendo lida, redigida cinco ou seis anos depois, na França, conservara muita coisa da aula, conclusão de uma parte (“O Romance e a Virtude”) de um curso sobre a “fisionomia do imaginário na obra de Rousseau”. Mesmo frases improvisadas sobreviveram tais quais eu as anotara, sob forte impressão: de todos os expositores que conheço, Bento é dos raros dos quais se pode dizer que a fala espontânea e naturalmente armada se encontra madura para o prelo.

Se referi as circunstâncias daquela rápida e enganadora sensação de rejuvenescimento, não foi por vã literatice, mas para lembrar que ela fora efeito de algo real no texto que estava sendo lido com a mesma entonação e convicção de vinte anos atrás. Em suma, o que chamava a atenção era a surpreendente juventude do texto. Tanto mais insólita quanto conhecemos bem a caducidade precoce de que sofrem formulações e idéias entre nós. Ora, duas décadas de clandestinidade deram-lhe uma fibra que dificilmente conquistaria à luz do dia.

Prejudicados com tal exílio? Sem dúvida. Robert Darnton, por exemplo, perdeu uma grande chance de descobrir e entender no próprio texto de Rousseau as razões que explicavam e antecipavam o tipo de leitor requerido para as suas obras. As teorias da recepção, uma bela oportunidade de serem comprovadas no Brasil, para não falar no revivalismo da narrativa e outros boatos.

Até onde posso perceber, uma tal sensação de juventude não se deve inteiramente à miragem da retrospectiva. Ela é fruto de um modo de pensar que não envelhece porque sua verdade não é deste mundo. Embora não esconda nem renegue sua data, trata-se de uma dicção inconfundível que vem sobrevivendo sem rugas à voracidade do tempo brasileiro. Um estilo sem tempo que ainda não achou seu assunto, para só então envelhecerem juntos.